



RECURSOS NATURAIS – RECURSOS VIVOS

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA K RECURSOS NATURAIS - AQUICULTURA

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3231

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP2 - Aquicultura

Efeitos:

#1 - Equilíbrio, e alinhamento da produção com as necessidades de consumo, através da redução da importação e estímulo à exportação e internacionalização dos produtos regionais.

#3 - Emprego local promovido e fixado através de uma aquicultura regionalizada.

#4 - Governação integrada da rede de áreas de exploração, segundo uma abordagem ecossistémica promotora da actividade.

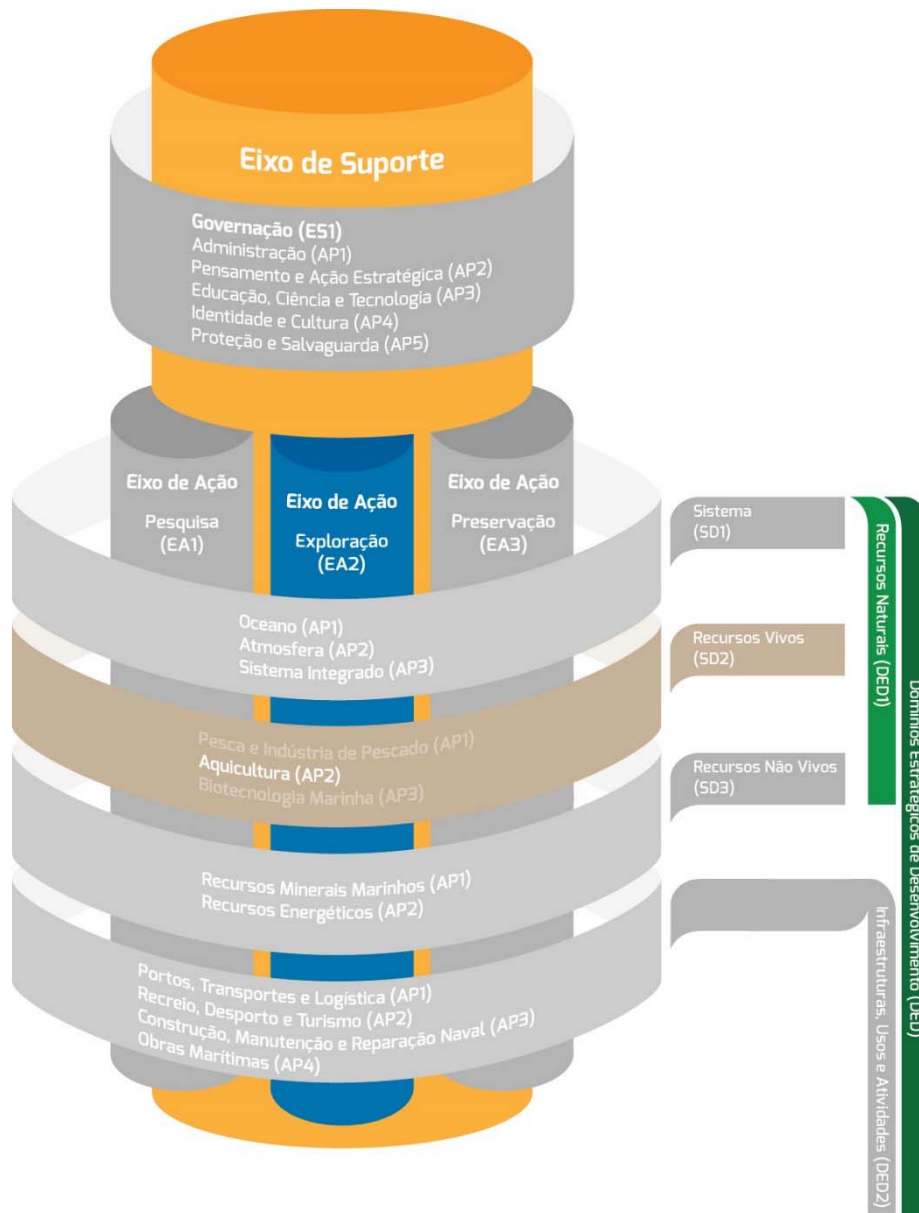
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Valorização da Aquicultura

Cadeia de Valor



Programa de Ação

Valorização da Aquicultura

P3231092 – Cadeia de Valor

Objetivos

- Desenvolver a aquicultura, em linha com o crescimento do consumo mundial de peixe e outros produtos do mar, como alternativa ao consumo de produtos capturados no estado selvagem, segundo uma matriz regional, identificando as zonas-alvo, integrando áreas de exploração que promovam a maximização da viabilidade económica da produção, o aumento das exportações, criação de produtos de origem demarcada, o aumento da qualidade dos produtos, as boas práticas ambientais e os benefícios sociais;
- Promover a inovação, o empreendedorismo, o aumento da competitividade, a dinamização da investigação e desenvolvimento de novas tecnologias, o investimento na educação, na criação de postos de trabalho e no equilíbrio da balança comercial, numa perspetiva de sustentabilidade ecológica.

Desenvolvimento: Os projetos públicos ou privados, nacionais, regionais e locais, ou internacionais, são coordenados no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar, integrando, sempre que aplicável, os projetos executados no quadro da Estratégia Marítima da União Europeia para a Área do Atlântico, e de acordos bilaterais com países terceiros. Enquadra ainda projetos realizados com recurso ao programa PROMAR e consequentes, bem como outros programas de apoio financeiro no âmbito do Quadro Estratégico de Apoio da União Europeia.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)
- Marinha Portuguesa / Direção de Faróis

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)
- Docapesca

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Centros Politécnicos de Formação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Sensibilização dos consumidores para o consumo de pescado proveniente da aquicultura nacional, promovendo a auto-suficiência no abastecimento de pescado do País, e a promoção dos produtos da aquícolas para a exportação, através da criação em aquicultura de novas espécies de elevado valor comercial, do desenvolvimento de novos tipos de alimento mais eficazes, de modo a reduzir a dependência do País das importações e uma excessiva captura na natureza, bem como minimizar da introdução de espécies provenientes de outros locais e os riscos associados;
- Utilização de novas tecnologias, mais eficientes a nível energético, apoiadas em automatização, em robótica e biotecnologia, e com menor emissão de poluentes, permitindo a redução dos custos de operação e das emissões de CO2, e a utilização para a aquicultura de zonas consideradas no passado como frágeis;
- Instalação e ampliação das capacidades de produção, formação, reconversão e treino no sector, segundo uma abordagem territorial;
- Reforço do papel do Estado, e da União Europeia, no desenvolvimento da aquicultura, através da implementação de políticas públicas proativas, no âmbito da Política Comum de Pescas, no licenciamento da atividade e na respetiva investigação científica e tecnológica.

Calendarização

2013 - 2014

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – (orçamento DGPM, DGRM, IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3231-P3231092

DED1 - Recursos Naturais

Sd2 - Recursos Vivos

AP2 – Aquicultura

Efeito(s) - #1, #3, #4

PA – Valorização da Aquicultura

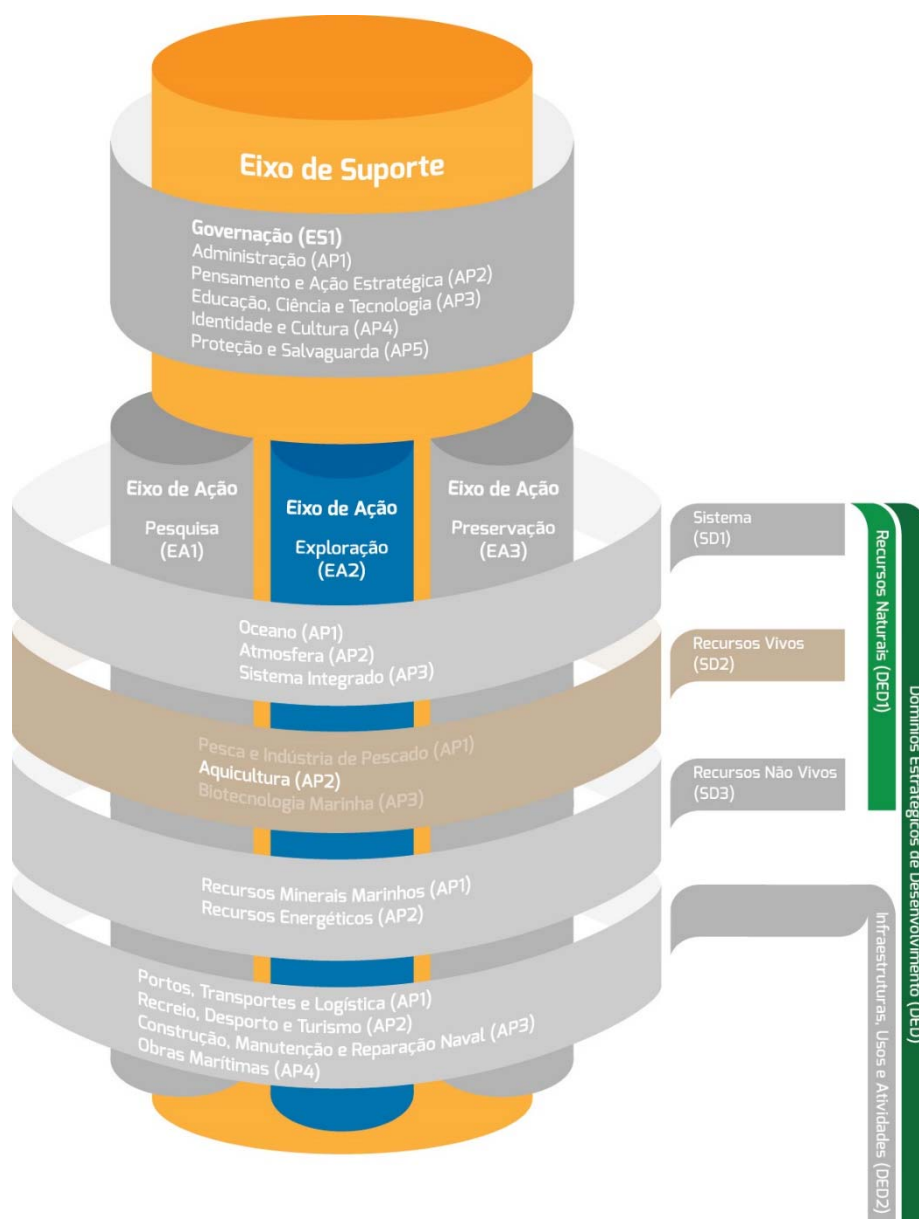
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Valorização da Aquicultura

Cadeia de Valor



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Cadeia de Valor

Objetivos

- Uma governação moderna para a aquicultura que integre a rede de áreas de exploração, segundo uma abordagem ecossistémica, que promova exercício e viabilidade económica da atividade;
- Promover o emprego local e a sua fixação através de uma aquicultura regionalizada e de valor acrescentado, e da criação de produtos demarcados e certificados ambientalmente sustentáveis;
- Promover o sector da aquicultura para que constitua um fator de equilíbrio socioeconómico, alinhando a produção com as necessidades de consumo, reduzindo a importação e estimulando a exportação, através da sua internacionalização (produtos certificados, demarcados, de alta qualidade e “amigos do ambiente”) e do investimento na investigação e desenvolvimento das espécies, alimentos e técnicas de produção utilizadas, implementando a abordagem ecossistémica;
- Desenvolver um conjunto de iniciativas que permitam a concretização da estratégia para o sector da aquicultura que se consideram prioritárias para a sua dinamização e afirmação, no quadro da economia nacional e uma alternativa consistente para os mercados consumidores de recursos piscícolas.

Desenvolvimento: A identificação dos objetivos e metas, a sua quantificação, bem como a criação de mecanismos de acompanhamento e controlo envolvendo as diferentes entidades competentes torna-se fundamental, devendo ser atendidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar a situação atual do sector aquícola, identificando os constrangimentos e as oportunidades;
- Integrar numa rede as áreas de exploração com potencialidades, concentrando os esforços de maximização da viabilidade económica da produção, de modo a assegurar uma produção de espécies adequadas às águas nacionais, de qualidade, que possa dar resposta à crescente necessidade de pescado e que privilegie a sustentabilidade dos recursos, as boas práticas ambientais e os benefícios sociais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral de Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direções-Regionais da Agricultura e Pescas (DRAP)
- Docapesca

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Municípios

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Universidades
- FOR-MAR - Centro de Formação Profissional das Pescas e do Mar
- Centros Politécnicos de Formação
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Apoiar financeiramente, o desenvolvimento das infra-estruturas de produção e maternidades; Criação do seguro para a aquicultura (AquiSeguro);
2. Apoiar financeiramente o consumo energético (eletricidade e combustível utilizados no esforço de produção);
3. Promoção da automatização das tarefas de produção e de gestão das produções aquícolas;
4. Criação e promoção de regiões aquícolas demarcadas e produtos certificados;
5. Estudo dos mercados e dos indicadores socioeconómicos que permitam uma adaptação da oferta à procura internacional e nacional;
6. Promoção da presença em feiras alimentares;
7. Fomento de novas técnicas de produção:
 - Produção de alimentos mico encapsulados para larvas de peixes, permitindo a disponibilização temporal do alimento, reduzindo desperdícios, e reduzindo o impacte ambiental;
 - Realização de estudos genéticos, com vista a selecionar indivíduos mais robustos, com taxas de conversão alimentar mais rentáveis e mais adequados à produção nas águas portuguesas;
 - Desenvolver estudos relativos à possibilidade de criação conjunta de espécies piscícolas com algas, salicórnias e gastrópodes;
 - Desenvolver dietas mais apropriadas e com menor impacte ambiental;
 - Novas espécies de elevado valor comercial para a aquicultura;
 - Estratégias para melhorar a saúde e bem-estar dos peixes.
8. Proceder à atualização do Manual de Boas Práticas para o exercício da atividade (documento de apoio aos promotores que pretendem iniciar a atividade).

Resultados Esperados

- Instalação e ampliação das capacidades de produção, formação e treino no sector, segundo uma abordagem territorial e ecossistémica;
- Produção de novas espécies de elevado valor comercial, do desenvolvimento de novos tipos de alimento e minimização de introdução de espécies provenientes de outros locais;
- Promoção dos produtos aquícolas para a exportação.

Calendarização

2013 – 2014:

Tarefas 1 a 5

2014 – 2015:

Tarefa 6 a 8

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – (orçamento DGPM, DGRM, IPMA)

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

Possibilidade de financiamento privado

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3232

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP2 - Aquicultura

Efeitos:

#2 - Zonamento do potencial identificado, rentabilidade das plataformas e infra-estruturas e potenciação do valor da cadeia de produção.

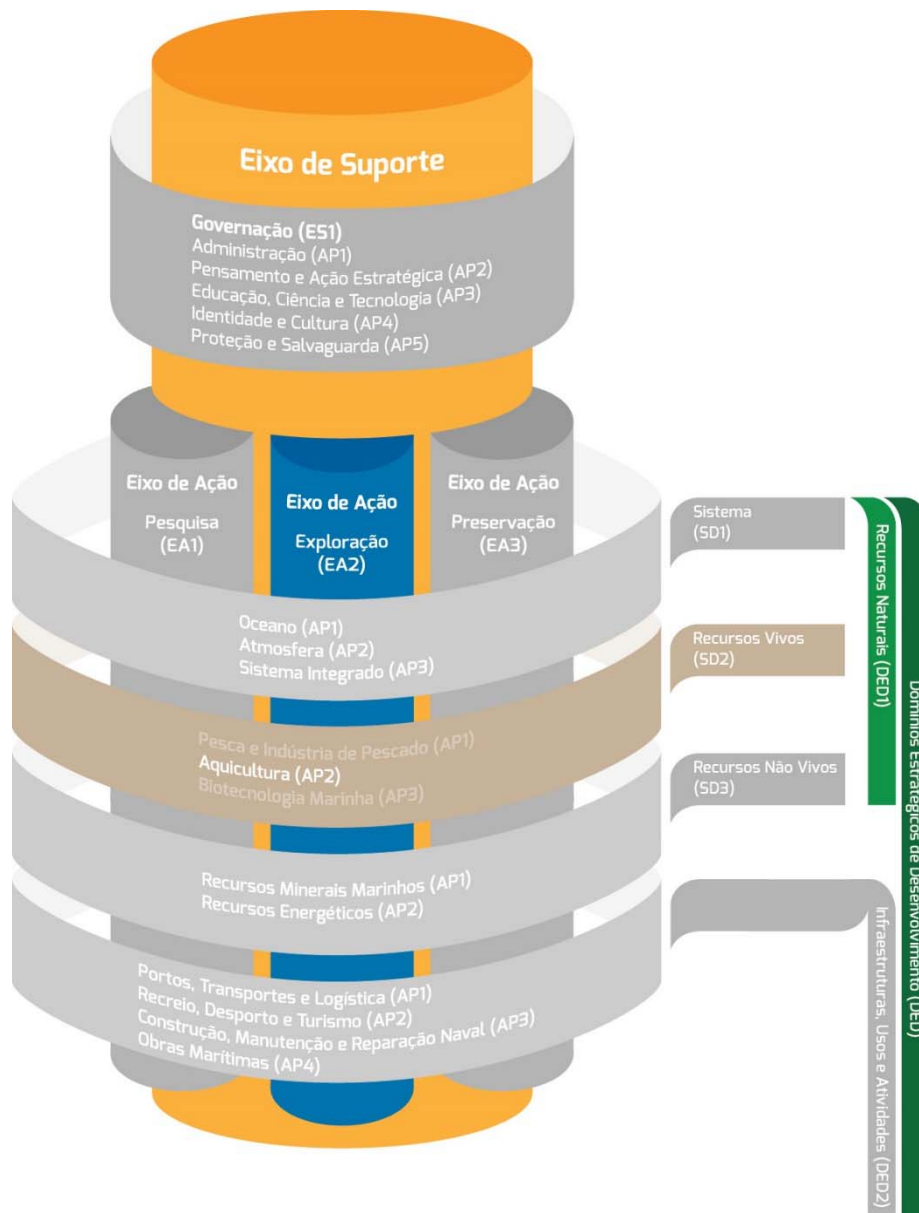
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Instrumentos de Gestão

Zonamento



Programa de Ação

Instrumentos de Gestão

P3232093 – Zonamento

Objetivos

- Fomento da atividade aquícola em linha com o crescimento do consumo e segundo uma matriz de desenvolvimento regional

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)
- Marinha Portuguesa / Direção de Faróis

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Identificação de zonas aquícolas
- Simplificação processual para a exploração aquícola

Calendarização

2013 - 2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE (PIDDAC)

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3232-P3232093

DED1 - Recursos Naturais

Sd2 - Recursos Vivos

AP2 – Aquicultura

Efeito(s) - #2

PA – Instrumentos de Gestão

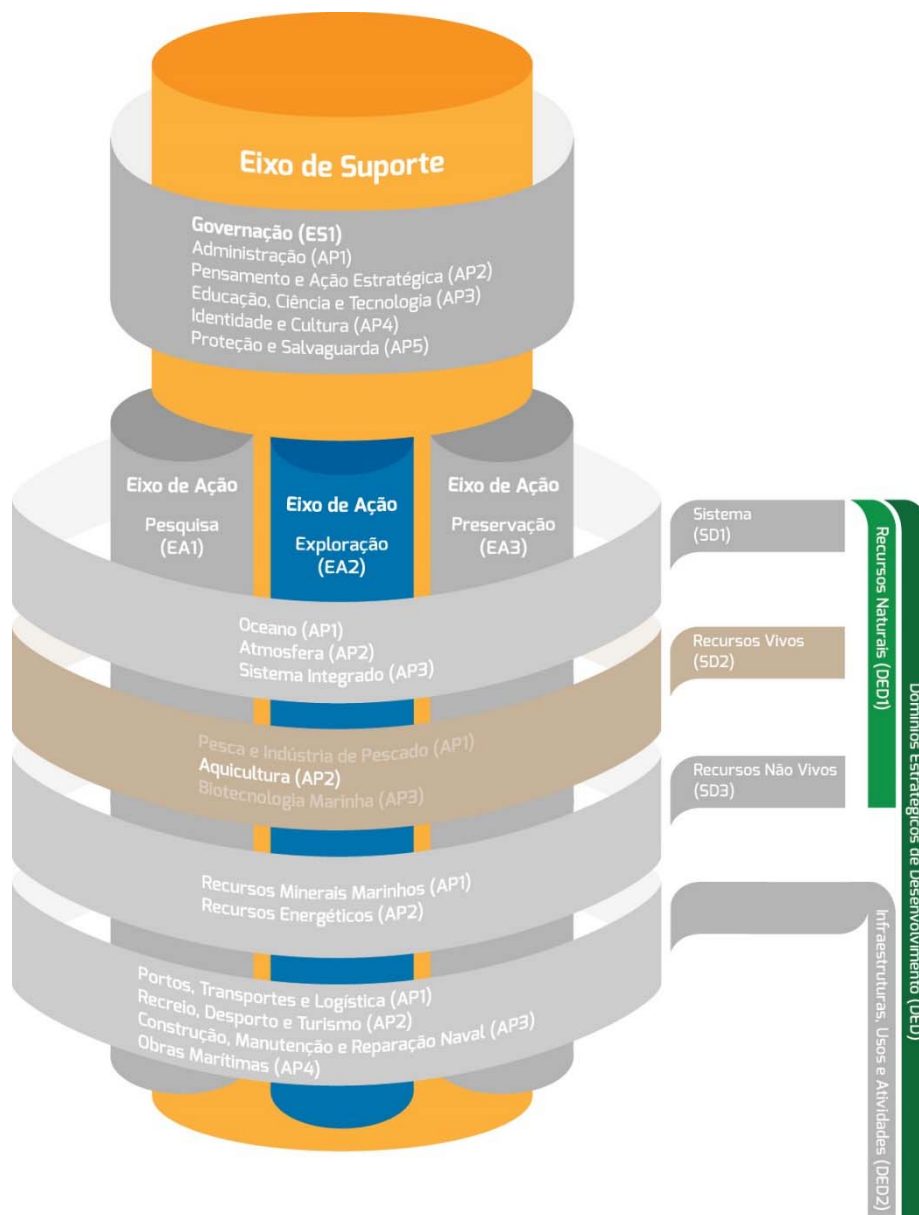
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Instrumentos de Gestão

Zonamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Zonamento

Objetivos

- Definição de áreas de potencial aquícola, no *offshore* e em águas costeiras, interiores e de transição, e em água doce;
- Hierarquizar as zonas com aptidão aquícola;
- Identificar a rentabilização das plataformas e infraestruturas com potencial valor na cadeia de produção;
- Apoiar o estabelecimento de novas zonas de produção;
- Facilitar os processos de licenciamento dos promotores, selecionando áreas com potencial aquícola e desenvolvendo, *a priori*, os estudos de incidências, ou impacte ambiental, e criando as infra-estrutura de assinalamento marítimo, tendo em vista estabelecer um modelo de licenciamento do tipo “chave na mão”.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)
- Marinha Portuguesa / Direção de Faróis

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Identificar zonas;
2. Dividir as zonas selecionadas em lotes;
3. Definir os termos de referência para o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ou Estudo de Incidências Ambientais (EIncAmb) para cada uma das zonas selecionadas;
4. Elaborar e implementar o projeto de assinalamento de cada uma das áreas selecionadas;
5. Elaboração e entrega nas respetivas Direções-Regionais de Agricultura e Pescas das candidaturas para apoio do PROMAR;
6. Apoiar a reconversão de salinas em estabelecimentos de aquicultura;
7. Abertura dos procedimentos concursais (concursos públicos internacionais) para as áreas piloto.

Resultados Esperados

- Aumento da capacidade de produção aquícola nacional, promovendo a expansão das áreas de aquicultura disponíveis
- Simplificação de procedimentos para titularidade e licenciamento, desenvolvendo processos “Chave na Mão” para atribuição de novas áreas para a produção de espécies adequadas às águas nacionais

Calendarização

2013:

Tarefas 1 a 7

2013 – 2015:

Continuação do processo de identificação de novas zonas

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - 425.500,00 € (orçamento PIDDAC da DGPM)

Financiamento Comunitário:

FCP (PROMAR), FEAMP - 1.274.500,00 €

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3233

DED1 – Recursos Naturais

Sd2 – Recursos Vivos

AP2 - Aquicultura

Efeitos:

#1 - Equilíbrio, e alinhamento da produção com as necessidades de consumo, através da redução da importação e estímulo à exportação e internacionalização dos produtos regionais.

#3 - Emprego local promovido e fixado através de uma aquicultura regionalizada.

#4 - Governação integrada da rede de áreas de exploração, segundo uma abordagem ecossistémica promotora da actividade.

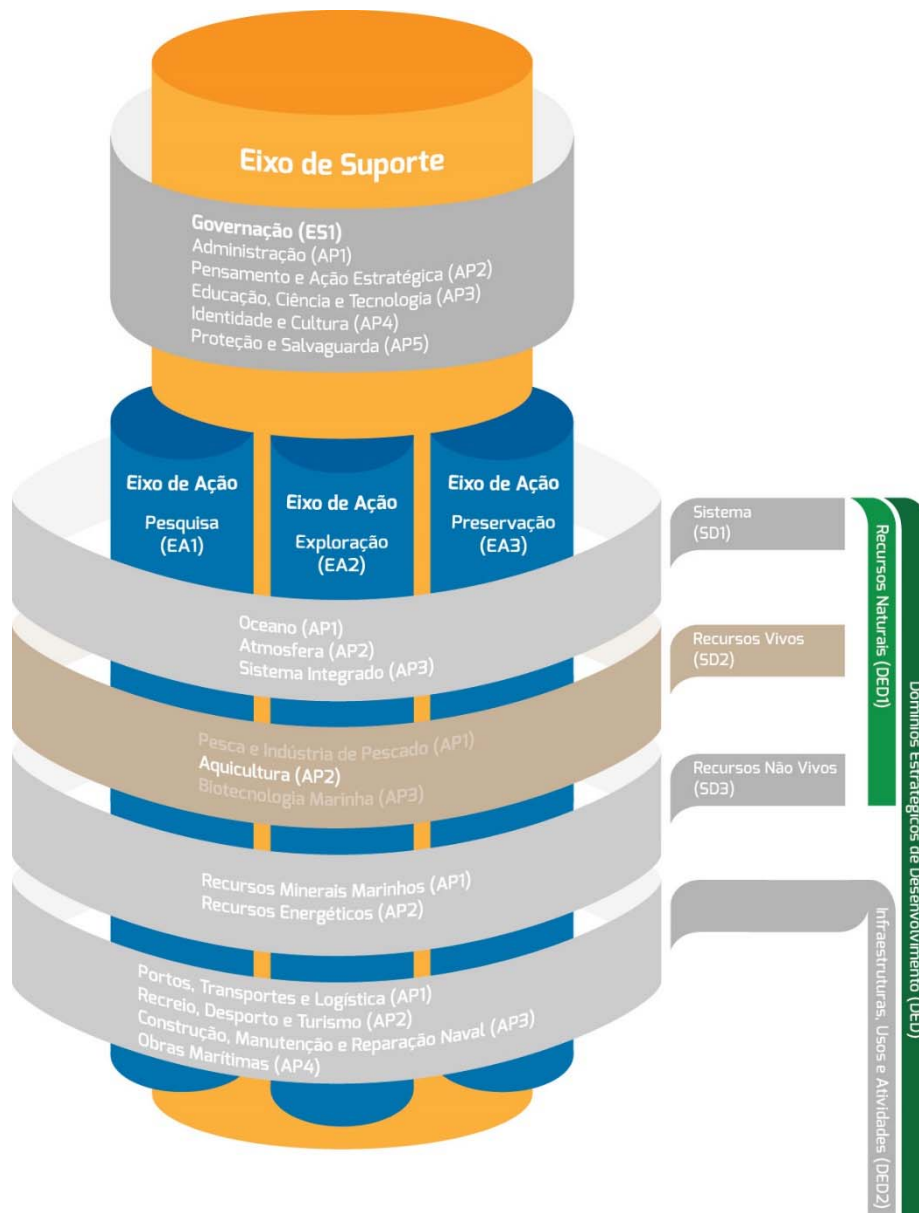
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Artes, Meios e Métodos

Aquicultura Sustentável



Programa de Ação

Artes, Meios e Métodos

P3233094 – Aquicultura e Sustentável

Objetivos

- Desenvolvimento de estratégias de Investigação orientadas para a avaliação das necessidades do sector produtivo e orientadas para a minimização dos impactos ambientais da produção;
- Desenvolvimento tecnológico da produção de espécies de elevado valor económico.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - coordenação
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

Outras entidades

- Universidades e Institutos Politécnicos
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Promover uma produção de peixes e moluscos mais eficiente e eficaz, tecnologicamente avançada;
- Desenvolvimento de novas metodologias de controlo sanitário e de produção;
- Minimizar os impactos ambientais associados à instalação e produção;
- Incrementar de forma sustentada a produção em aquicultura.

Calendarização

2013 – 2014

Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR)

RECURSOS NATURAIS (AQUICULTURA)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

DED1-Sd2-AP2-PA3233-P3233094

DED1 - Recursos Naturais

Sd2 - Recursos Vivos

AP2 – Aquicultura

Efeito(s) - #1, #3, #4

PA – Artes, Meios e Métodos

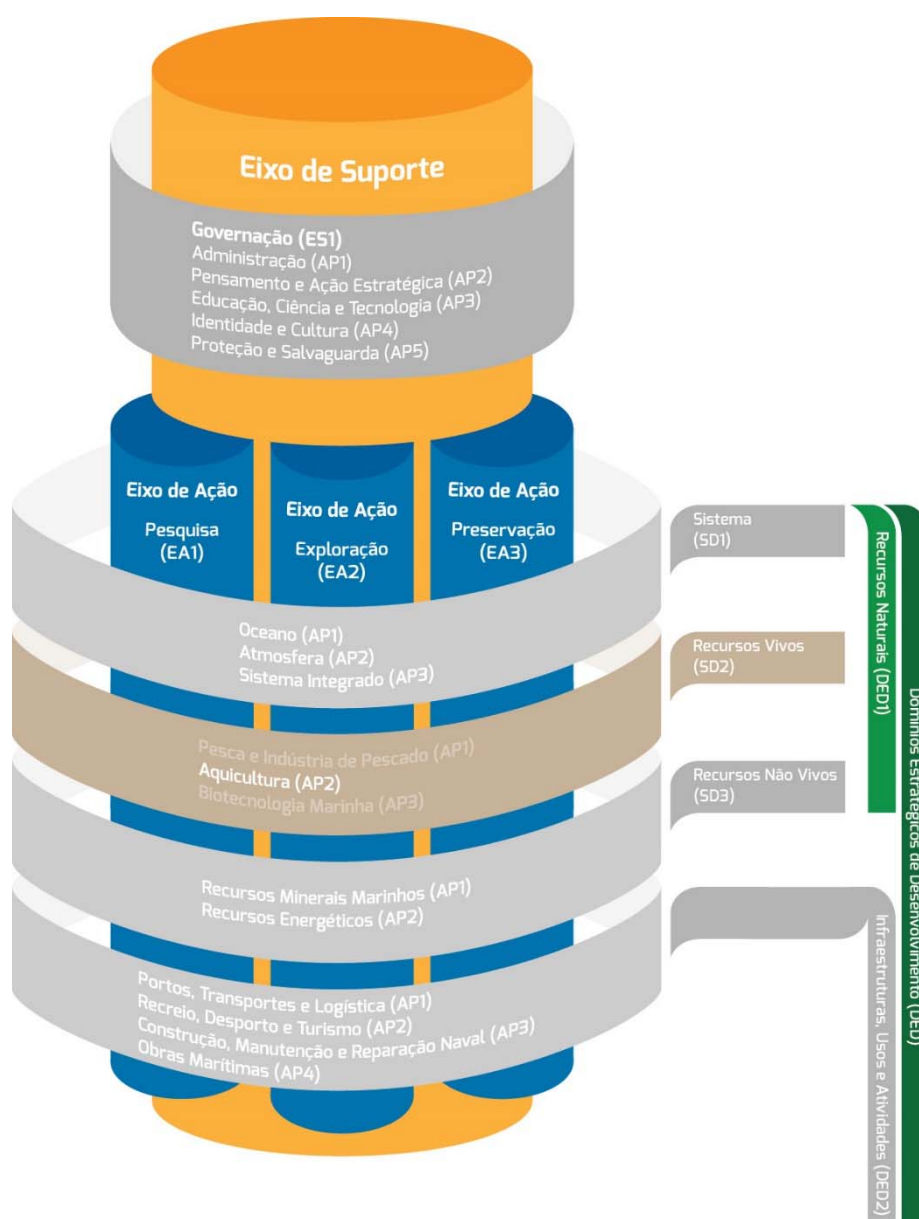
DED1 - RECURSOS NATURAIS

SD2 - RECURSOS VIVOS

AQUICULTURA

Artes, Meios e Métodos

Aquicultura Sustentável



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Aquicultura Sustentável

Objetivos

- Investigação focalizada nas principais necessidades ao nível da produção, minimizando os impactos ambientais da produção aquícola;
- Incentivo à interação e avaliação das necessidades do sector produtivo;
- Desenvolvimento tecnológico da produção de espécies de elevado valor económico.

Entidade Coordenadora

Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- Direções-Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Ministério da Educação e da Ciência (MEC)

Outras entidades

- Universidades e Institutos Politécnicos
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Determinar os principais fatores externos e internos que condicionam a produção de bivalves em maternidade e avaliação do impacto de fatores condicionantes da produtividade em sistemas de engorda;
2. Avaliar o potencial de cultivo de novas espécies e de cultivo multitrófico (IMTA), assim como estudar as interações da produção com o meio marinho para implementação de uma aquicultura ambientalmente sustentável;
3. Desenvolver marcadores moleculares e determinar a variabilidade e a estrutura genética de populações de bivalves e determinar a base genética de características de interesse aquícola;
4. Efetuar o diagnóstico sanitário e elaborar manuais de boas práticas e de prevenção e diagnóstico básico de doenças nas espécies produzidas em aquicultura;
5. Organizar cursos dirigidos ao sector;
6. Definir e otimizar protocolos alimentares para larvas e juvenis de peixes marinhos com recurso a novos ingredientes, ou ingredientes sustentáveis;
7. Definir estratégias de manipulação da época de postura e impacto na qualidade larvar em F1 de novas espécies para piscicultura, assim como de produção.

Resultados Esperados

- Alcançar maior eficácia e eficiência nos métodos de produção;
- Introduzir novas metodologias de controlo sanitário e de produção;
- Minimizar os impactos ambientais associados à instalação e produção;
- Incrementar de forma sustentada a produção em aquicultura.

Calendarização

2013 – 2014:
Tarefas 1 a 7

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – 107.250,00€ (orçamento IPMA)

Financiamento comunitário:

FCP (PROMAR) – 607.750,00€

Custo total: 715.000,00€